

Data-base: diálogo é imprescindível

Data-base não é uma expressão inventada por sindicalistas radicais ou pelegos. Além disso, não significa ou não implica, necessariamente, a ocorrência de paralisações, atos, greves e ocupações!

Data-base é acordada entre trabalhadores e os seus patrões, para a incorporação, a cada ano, do reajuste salarial negociado nas semanas que a antecedem. Quando o diálogo entre as partes não prospera, pode se instaurar o conflito e, muitas vezes, o confronto que, no nosso caso, ocorre no outono.

Em reunião entre o Cruesp e as entidades representativas dos docentes e dos funcionários técnico-administrativos das três universidades estaduais paulistas, ocorrida no dia 10/4/1991, “decidiu-se eleger o dia 1º de maio de cada ano como data base para negociação salarial” (trecho da ata daquela reunião).

Naquele ano, as entidades constituíram o Fórum das Seis que, ao longo dos anos, incorporou também o Sindicato dos Trabalhadores do Centro Paula Souza (Ceepts, vinculado à Unesp) e os diretórios centrais das três universidades. As negociações de data-base envol-

vendo Cruesp e Fórum das Seis surgiram, portanto, em consequência desse esforço organizativo.

Reajuste igual

É importante destacar que a partir de 1991, ao contrário do que acontecera nos anos anteriores, os docentes e funcionários técnico-administrativos das três universidades passaram a receber idêntico reajuste salarial (até 1990, muitas vezes o reajuste dos professores era superior ao concedido aos funcionários). Até 1996, o mesmo reajuste era estendido aos trabalhadores do Ceepts; porém, a partir do ano seguinte, eles passaram a ter reajustes bem menores, daí acumularem uma perda salarial muito maior do que a nossa.

Como tarefa inicial para que se estabeleçam as negociações de cada ano, as entidades discutem suas reivindicações e, a partir de rodadas de assembleias e reuniões do Fórum das Seis, constroem a Pauta Unificada a ser encaminhada ao Cruesp como base para a negociação salarial e de outros temas nela incorporados.

Na data-base de 2010 o Fórum das Seis estabeleceu um cronograma

que vem sendo cumprido até aqui, tanto é que em 23/3 teremos uma reunião do Fórum com a finalidade de fechar a Pauta Unificada e debater as formas de mobilização e de luta. Na sequência, até o dia 30/3, o Fórum fará a entrega formal da Pauta ao Cruesp, com a expectativa de que nesse encontro, caso ainda não tenha obtido resposta à sua solicitação oficial em 12/2, seja marcada a primeira reunião de negociação na semana de 19 a 23/4.

Não queremos que se repita na atual data-base o que ocorreu em 2009: a Pauta foi entregue ao Cruesp em 16/4 e a primeira rodada de negociação ocorreu somente em 18/5, data em que os holerites incorporando o reajuste de data-base já deveriam estar sendo impressos!

Complexidade

A presente campanha tende a ser ainda mais complexa. A extensão do auxílio-alimentação aos docentes da USP — docentes da Unesp e Unicamp não foram contemplados — bem como a recente concessão de um reajuste de 6% aos docentes das três universidades, declarado pelos reitores

como “reestruturação de carreira” e, com base nesta alegação, não estendido aos funcionários, poderá interferir na unidade do movimento.

Se, em anos recentes, já têm ocorrido diferenças entre as categorias no que se refere à intensidade da mobilização e às táticas de luta, neste ano corremos o risco de ver essa distância crescer. Por esses motivos, mais do que nunca, precisamos fortalecer o Fórum das Seis como instância de articulação e defesa do movimento das três universidades. Nesse sentido, na sua última reunião o Fórum encaminhou ofício ao Cruesp reivindicando a extensão do reajuste de 6% aos funcionários, com o objetivo de recuperar o tratamento isonômico às categorias. Comunicou aos reitores, também, a deliberação das associações docentes de negociar, após a data-base, sua pauta específica, que envolve a valorização dos níveis iniciais da carreira docente.

No que se refere às táticas de mobilização, o Fórum ainda não votou indicativos, limitando-se, por enquanto, a encaminhar para discussão as propostas aprovadas pelas assembleias das entidades. Dentre elas, destaca-se proposta aprovada pela assembleia do Sintusp de reali-

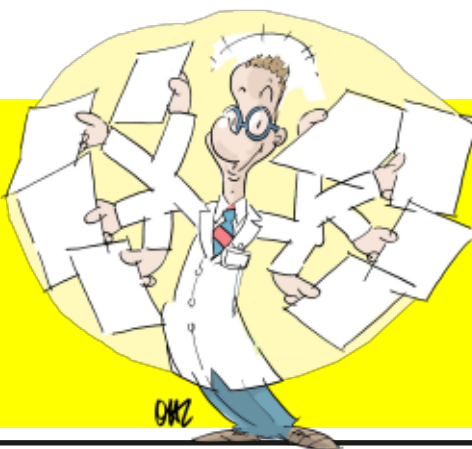
zar paralisação com ato em 30/3, possível data da entrega da Pauta Unificada do Fórum das Seis. A diretoria da AduSP considera prematura, na atual conjuntura, essa proposta; e tem defendido a ideia, compartilhada pelo Conselho de Representantes em reunião de 19/3, de que devemos aguardar o resultado da primeira reunião de negociação com o Cruesp antes de marcarmos paralisações ou atos, esperando que ela ocorra na semana de 19/4. Insistimos na necessidade de que os reitores dêem início ao processo de negociação com a devida antecedência, para que se evidencie se estão de fato dispostos ao diálogo, como tem reiterado o reitor da USP, ou se se trata apenas de retórica.

Caso o Cruesp não agende a reunião, ou não se mostre disposto a uma verdadeira negociação, então precisaremos pensar em medidas de pressão. Afinal, os 6% já concedidos aos docentes, mesmo que venham a ser extensivos aos funcionários, são insuficientes: nossa reivindicação é um reajuste de 16% mais uma parcela fixa, que tem por objetivo diminuir a relação entre os maiores e menores salários pagos nas universidades.

Produtivismo em debate

“Não há doutor qualificado desempregado”
Jorge Guimarães, presidente da Capes

“Haydn fez 104 sinfonias e Beethoven 9.
Deveria desistir de ser compositor”
Yaro Burian Jr., professor da Unicamp



“Vejo uma choradeira geral, de todo mundo aqui”

Eunice Durham (FFLCH)

“Quem está aqui não veio para fazer choradeira”

Edna Arcury (EE)

Leia reportagem nas páginas 2 e 3

Choque de visões antagônicas marca debate sobre produtivismo acadêmico

Daniel Garcia

“**N**ossa missão é estar formando esses dez mil doutores. Não há gente qualificada, não há doutor qualificado desempregado. Tem muitas áreas que não têm ninguém”, declarou, para espanto da audiência, o presidente da Capes, Jorge Guimarães. A seu lado, a professora Eunice Durham (FFLCH) interrompeu: “E tem muito doutor desqualificado”. O presidente da Capes aquiesceu, de pronto: “E tem doutor desqualificado, ninguém esconde isso”. As afirmações tiveram lugar no debate “Produtivismo: a que veio? A quem serve?”, realizado pela Adusp em 11/3, na História, e causaram forte reação na audiência.

Quando a professora Eunice usou o termo “choradeira” para definir as críticas ao sistema da Capes (“Vejo uma choradeira geral, de todo mundo aqui, coitado, oprimido pela necessidade de escrever um artigo, e eu não vejo a universidade desse jeito”), a professora aposentada Edna Arcury (EE) dirigiu-se até a mesa e contestou, contidamente: “Quem está aqui não veio para fazer choradeira. Acho uma lástima que as reflexões propiciadas por essa iniciativa da Adusp tenham sido tomadas como choradeiras”.

As declarações do professor Guimarães, em sua exposição inicial, de que “a Capes não faz avaliação individual” e de que a produção científica da pós-graduação brasileira é “de 0,6 produto por professor, muito baixa”, não havendo razão para falar-se em produtivismo, foram objeto de variadas críticas. A professora Lighia Horodinsky-Matsushigue (IF) manifestou sua preocupação

com o fato de que um “sistema tão novo como o brasileiro tente selecionar centros de excelência e avaliar todo mundo pelo mesmo padrão de medida”, além de que “nos colocamos como colonizados quando nos preocupamos com números que possam ser mostrados à OCDE” (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico). Ela também denunciou que as instituições privadas “dispensam doutores tão logo acontece a avaliação da Capes”.

A professora Valéria de Marco (FFLCH) comentou que “as agências de fomento têm pautado a nossa vida” e que as universidades não podem ser vistas como instituições de pesquisa simplesmente: “Há uma pressão sobre os docentes jovens e a perda da noção de que a universidade é instituição de ensino e pesquisa”, enfatizou. A professora Edna, após mencionar a precoce ocorrência de estresse e outras doenças entre os docentes universitários, foi aplaudida ao citar uma exigência recente: “Não consigo entender a determinação para que um aluno de pós tenha três trabalhos publicados em revistas de alto impacto. Não precisa fazer o doutorado, porque então ele já é um cientista”.

Nobel

“A Capes somos todos nós. Não é o presidente ou a Eunice que vai dizer: ‘Vão ser três artigos por...’, que aliás é uma falácia. A média não é nada disso. Não tem regra nenhuma sobre isso. Não há, muito menos na diretoria”, disse Guimarães em resposta às críticas. “A Capes somos todos nós. Vocês indicam os comitês”.

“Gente, se a pós-graduação fosse esse desastre, a



Professor Jorge Guimarães, da Capes, intervém no debate

Embrapa seria um horror, a Petrobrás outro horror, a Embraer outro horror, a Vale do Rio Doce outro horror, Itaipu... sinto muito. A gente tem que pensar nos avanços que o Brasil tem feito, que são extraordinários. Seguramente os outros países têm pré-sal também, mas não dominam a tecnologia de águas profundas. Quem domina, descobre. Estou vendo muito saudosismo”, insistiu.

Em sua exposição inicial, o presidente da Capes já dera a entender que, para ele, o ritmo da pós-graduação é ditado pela necessidade de recuperar o atraso científico do país: “O Brasil tem 200 anos, não tem 500, é da família real para cá. Não tinha nada antes, só uma exploração tremenda da nossa riqueza, e os portugueses não queriam que tivesse universidade. A USP, que é a mais antiga universidade brasileira, tem 70 e poucos anos. A Unicamp tem 50, a UnB tem 50, Santa Catarina tem 50. Então estamos falando de uma coisa muito recente”.

Falta massa crítica, acrescentou. “Vejo muita gente frustrada, brasileiro, que trabalhou com a expectativa de ganhar o prêmio Nobel. Esquece, não vão”.

“Improdutivos”

O professor João Zanetic, presidente da Adusp, lembrou, ao abrir o debate, que a expressão “produtivismo acadêmico” deriva, de certo modo, de matéria publicada pelo jornal *Folha de S. Paulo* em 21/2/1988, intitulada “Pesquisa da USP mostra que ¼ dos docentes nada produz”, acompanhada de uma lista dos docentes “improdutivos” em 1985 e 1986. Nas semanas seguintes, o jornal publicou “inúmeras cartas, documentos, manifestos, artigos”, além de promover um debate com a participação de Eunice Durham, Marilena Chauí, José A. Giannotti e Francisco Miraglia, depois transmitido pela Rádio USP.

Outra data importante citada pelo professor Zanetic, bem mais recente: 4/3/09, quando foi aprovada, pelo

Conselho Universitário da USP, a reforma da carreira docente, a qual, por excluir os portadores do título de mestre e criar uma série de degraus intermediários, “estabelece, no olhar de muitos docentes e também da diretoria da Adusp, uma visão que privilegia critérios quantitativos de produção acadêmica”.

Compuseram a mesa do debate de 11/3, ainda, os professores Luiz H. Lopes dos Santos, representante da Fapesp; Yaro Burian Jr., da Faculdade de Engenharia da Unicamp; e Lucidio Bianchetti, do Centro de Ciências da Educação da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Avaliação

“Se a pesquisa é financiada por alguém, não há como evitar a avaliação dos resultados”, disse Santos. “É um direito da sociedade, que arca com esse financiamento, e um dever dos pesquisadores”. No entanto, admitiu não existir “resposta simples, nem

universal”, à pergunta sobre como avaliar a produção acadêmica. O método encontrado pela Fapesp é a avaliação por pares: “Um especialista sem vínculo regular com a Fapesp é convidado a se manifestar sobre o mérito científico da proposta e o mérito do proponente. Os números são relevantes, mas devem ser relativizados. Não existem critérios universais, sintetizados em fórmulas únicas”.

Ele ressaltou que o proponente tem liberdade de indicar seus melhores trabalhos, no formulário denominado “súmula curricular”, que é constituída “principalmente por uma lista de 15 publicações que o pesquisador proponente é convidado a elaborar; 15 publicações que ele, conforme seu arbítrio, entende como sendo as mais importantes nos últimos cinco anos e também durante toda a sua carreira”.

A Fapesp, enfatizou Santos, rejeita a idéia de que a quantidade e a regularidade de uma produção científica possam ser “definidas *a priori* e por dados puramente numéricos” e por isso o tópico da súmula curricular relativo à competência científica do proponente, a ser preenchido pelo assessor *ad hoc* (parecerista), utiliza “termos deliberadamente vagos”.

“Sou professor”

Yaro Burian Jr. demarcou terreno ao anunciar, já no início de sua fala: “Gosto muito de dar aula, eu sou professor”. Ele atacou a cientometria, que dá suporte aos processos de avaliação impostos ou induzidos pela Capes. “A cientometria pode ter consequências desastrosas. Medidas em geral afetam a grandeza que a gente está medindo”, advertiu. “A citação virou uma moeda de troca: eu lhe cito, você me cita. Escambo autoral”, definiu em tom de brincadeira.

“A Capes, por exemplo, nos estimula a aprovar doutores. A Capes quer um número de doutores e mestres formados e que o prazo de

formação seja curto. Isso está profundamente errado, porque se o aluno não deu certo e eu disser ‘você não deu certo, tchau’, meus índices vão cair. Então que eu vou fazer? Vou ajudá-lo, vamos dar um jeito, vamos passar esse cidadão, em dois anos no mestrado, três no doutorado, porque meus índices dependem disso, não é? Isso é *pesquisa*. Aí é mais complicado”, ironizou.

Voltando à cientometria, Burian Jr., que também é músico e foi diretor do Instituto de Artes da Unicamp, recorreu a uma comparação entre Haydn e Beethoven para ilustrar o tipo de perigo que se esconde em critérios puramente numerológicos: “Vamos comparar por critérios objetivos, quem é melhor. Vamos falar só em sinfonias, porque é o equivalente a *papers* em revistas indexadas”, brincou. “Haydn fez 104 sinfonias e Beethoven fez nove. Coitado, deveria desistir de ser compositor”. Segundo o professor, “a tendência do quantitativo é excluir o qualitativo”.

“Não confiáveis”

Na sua exposição inicial, a professora Eunice Durham disse lembrar-se de sua reação contra a chamada “lista dos improdutivos” de 1988, porque “não é assim que a gente faz avaliação”, pois seria preciso distinguir entre avaliação institucional e avaliação individual. Porém, ressaltou, “quando chega na Capes, na Fapesp, você tem que avaliar o pesquisador, em função de um pedido que ele está fazendo, de um trabalho e de uma verba que ele está solicitando”. “Mas o fundamental deveria ser a qualidade do projeto”, acrescentou.

“Trabalhamos basicamente em termos de uma avaliação por pares, e os pares não são confiáveis. Estão ficando cada vez menos confiáveis”, disse sobre a avaliação na universidade, referindo-se aos concursos como ocasião tradicional de avaliação individual dos docentes: “É muito di-

fícil você ter na universidade uma banca mais objetiva. Vejo com muita tristeza que os concursos estão se tornando cada vez mais estranhos em termos de quem é indicado para a banca, e dos resultados finais”.

Ela defendeu a política da Capes, dadas as proporções alcançadas pelo sistema nacional de pós-graduação: 3.400 programas, 900 consultores: “O volume da produção, do trabalho, exige alguma quantificação”. Porém, criticou o fato de não existirem sistemas de avaliação do ensino: “Só conta a avaliação da produção científica. Pesquisa é a única coisa que dá status, dá dinheiro, viagens ao exterior”.

Ao final, Eunice criticou o título do debate: “Você induz a resposta, coloca um fantasma”. E também levantou uma questão de ética acadêmica: “Sei de orientadores que obrigam que todos os seus orientados coloquem o nome deles, orientadores, como co-autores nos artigos que publicam”.

“Violência”

O professor Lucídio Bianchetti relatou sua experiência de coordenador do curso de pós-graduação em Educação da UFSC, com 45 professores e 270 alunos: após assumir o cargo, ele implantou a redução dos prazos do mestrado (de 48 meses para 24) e do doutorado (de 72 meses para 48). “*General da Capes* foi o mínimo que fui chamado”, contou, admitindo que “era uma violência perpetrada sobre um grupo de pessoas que tiveram formação num tempo largo, e agora tinham que atuar num tempo restrito”. O resultado, prosseguiu, foi que “a administração naqueles dois anos foi um sucesso, nós passamos de [nota] 4 para 5, ganhamos inúmeras bolsas”, mas ao mesmo tempo ele sentiu “um desconforto enorme, sabendo que aquilo que eu tinha sido obrigado a fazer, em função de uma opção institucional, era uma vi-



Professoras Edna e Eunice: “choradeira?”

olência”.

“Como profissional, tinha que lidar com isso; como pessoa, sabia que não era o correto; uma mediação não era possível”, resumiu. A saída para tal dilema pessoal foi encaminhar projetos ao CNPq para estudar a questão: “Estabelecemos como corte entrevistar pessoas pertencentes a programas notas 5 para cima, com pelo menos 10 anos de experiência e que tenham sido coordenadores ou orientadores com muita experiência. Hoje sou pesquisador-produzindo estudando a produtividade”.

Ele entrevistou 74 docentes no Brasil e Europa, inclusive alguns “que tinham a incumbência de fazer o [Processo de] Bolonha funcionar”. A categoria *tempo* aparece em todas as depoimentos: “nova temporalidade”, tempo mais longo ou mais curto, “não há tempo para criação, estamos submetidos a uma política duríssima, à guerra da produtividade”. Bianchetti também se deparou com o humor, como forma de “catarse” para lidar com as tensões. Citou um colega aposentado da UFRGS que apela à fábula de Branca de Neve para satirizar a escravidão ao currículo do CNPq: “Imagino colegas que levantam de manhã, ligam o computador, entram no lattes e... ‘lattes, lattes meu, existe alguém mais produtivo do que

eu?’”. São formas que as pessoas encontram, com chistes, brincadeiras, de ir fazendo alguma coisa”.

“Extra-muros”

“Nós recebemos dinheiro e devemos prestar contas à sociedade. Não basta aumentar o conhecimento, temos que aplicar o conhecimento. Quem avalia a aplicação do conhecimento, nós mesmos? Somos competentes para avaliar a nós mesmos?”, indagou, no debate, o professor titular aposentado Antonio Carlos de Camargo (ICB). “Em nenhum outro país civilizado é assim. São feitas avaliações extra-muros. Tem formas de avaliar se a universidade está contribuindo com o papel dela, se os recursos investidos ali estão tendo resultado”.

Camargo encaminhou carta à Academia Brasileira de Ciências, consultando-a sobre a oportunidade de apoiar a criação, no país, de um “Sistema de Avaliação Extra-muros das Agências de Fomento” (vide íntegra em www.adusp.org.br). “Estamos criando uma situação de privilégio das agências financiadoras, que não têm que prestar contas daquilo que fazem”, disse.

O debate de 11/3 foi filmado e está disponível na página www.adusp.org.

Professores da rede estadual decidem manter a greve

Governo fala em movimento esvaziado, mas assembleias têm reunido milhares de pessoas

Os professores da rede estadual estão em greve desde 5/3 por reajuste salarial de 34,3%. A Secretaria Estadual da Educação (SEE-SP) divulgou nota em 12/3, definindo o movimento como “esvaziado, político e inimigo da educação de São Paulo” e informando que os professores em greve terão as faltas referentes ao período descontadas de seus salários. O secretário Paulo Renato declarou que não irá negociar com a categoria.

Segundo a Apeoesp, em 18/3 o percentual de professores paralisados era de 48% na capital, 60% na Grande São Paulo e 78% no interior. Após

a primeira semana de greve, a SEE afirmou que a paralisação afetava apenas 1% dos docentes. Mas os professores realizaram, em 12/3, assembleia que decidiu pela continuidade da greve e contou com a presença de 12 mil pessoas, segundo a Polícia Militar, ou 40 mil, segundo as entidades representativas. A categoria fez nova assembleia e manifestação em 19/3, reunindo, novamente, milhares de pessoas. Mais uma vez, os professores deliberaram pela manutenção da greve.

Descontentamento

Para a presidente da Apeoesp, Maria Izabel Azevedo

Noronha, a tentativa de desqualificar o movimento por parte do governo não vai parar a mobilização. “Ele [governador Serra] quer desviar o assunto do reajuste salarial”, acredita ela. “Quando começou a campanha salarial, tentaram colocar a proposta de gratificação dividida em três anos, achando que nós lutaríamos para receber de uma vez. Mas a nossa luta é por 34,3%, como forma de repor a depreciação salarial acumulada desde 1998. Gostaríamos de ter a reivindicação atendida, mas se não atenderem o descontentamento deve continuar”.

CR discute Previdência e reunião com Rodas

Reunião do Conselho de Representantes (CR) foi realizada em 19/3, tendo como principais pontos de discussão a campanha salarial, a questão da aposentadoria para os professores que ingressaram na USP a partir de 2003 e a pauta da reunião que deverá ter com o reitor em 16/4.

Os conselheiros relataram a indignação de docentes contratados após 2003, no tocante à questão da aposentadoria, uma vez que, pela legislação atual, eles não terão direito a vencimentos integrais. Foi consenso que a reivindicação de isonomia em relação aos colegas contratados antes de 2003 deve ser uma bandeira de luta da Adusp. Como encaminhamento, ficou decidida a realização de reuniões sobre o assunto nas unidades que demonstrarem interesse. Além

disso, foi proposta a criação de um Grupo de Trabalho (GT) que trate especificamente deste problema.

Quanto à campanha salarial, a diretoria expôs o que foi tratado na última reunião do Fórum das Seis, em 9/3 (Boletim Especial de Data-Base, 15/3/2010), quando o Sintusp apresentou proposta diferente das demais entidades, de paralisação em 30/3 (data provável da entrega ao Cruesp da Pauta Unificada do Fórum), além de greve com ocupações caso suas reivindicações não sejam atendidas. O Fórum preferiu encaminhar as propostas para discussão nas entidades. Os conselheiros manifestaram seu acordo com a posição apresentada pela diretoria, que considera prematura a proposta do Sintusp (vide p. 1).

Os representantes também aprovaram a pauta para a reunião entre o CR e o reitor João Grandino Rodas, a ser realizada em 16/4: 1) reforma do Estatuto e Estatuinte; 2) carreira docente e produtividade; 3) financiamento da universidade e campanha salarial; 4) fundações ditas “de apoio”; 5) questão previdenciária de docentes contratados após 2003.

Discutiu-se, ainda, uma doação ao movimento sindical do Haiti, com objetivo de ajudar na reconstrução da organização dos trabalhadores após o terremoto que assolou o país. A doação, no valor de R\$ 5 mil, foi aprovada por unanimidade. Será feita através de campanha da Conlutas e se destina à intersindical haitiana Batay Ouvriye (“Batalha Operária”, em crioulo).

DCE homenageia memória de Alexandre Vannucchi Leme



O Diretório Central dos Estudantes da USP, DCE-Livre “Alexandre Vannucchi Leme”, homenageou em 17/3 seu patrono, assassinado em 1973 nessa mesma data, pelo DOI-Codi do II Exército. O ato, realizado no auditório FEA-5, reuniu mais de uma centena de pessoas e teve como oradores o professor André Singer (FFLCH), o jornalista Alípio Freire e o músico Marcelo Yuca. O professor João Zanetic fez uma breve saudação aos presentes em nome da Adusp.

Singer, estudante da USP em 1973, recordou haver participado, “anonimamente”, da missa em memória de Alexandre, oficiada pelo cardeal Paulo Arns “em ambiente de muito medo”. Fa-

lou da atuação dos centros acadêmicos nos anos seguintes e do “papel de vanguarda” desempenhado pelos estudantes da USP na luta contra a Ditadura.

Freire, ex-prespo político, citou o Programa Nacional de Direitos Humanos e as forças que se opõem a ele: “A intolerância da direita é absoluta”. Por isso, disse, é preciso “fazer debates e disputar os valores que são praticados na sociedade”.

Yuca, que mora no Rio de Janeiro, traçou um paralelo entre a Ditadura e o Brasil atual. Criticou a violência da polícia contra os pobres, praticada a pretexto do combate ao crime: “Em seu nome se assassina muito mais do que naquela época”.

Estudantes ocupam Coseas contra falta de moradias



A questão da permanência estudantil é das mais relevantes. A diretoria da Adusp espera que a Coseas dê ao as-

sunto a atenção que merece e procure, sem demora, negociar as reivindicações dos estudantes.